

DISPUTAS TERRITORIAIS, CONFLITOS INTERÉTNICOS E MOBILIZAÇÕES INDÍGENAS
TRANSFRONTEIRIÇAS NO ALTO JURUÁ (AMAZÔNIA OCIDENTAL)¹

José Pimenta – DAN / UnB

Palavras-chaves: Ashaninka; Movimento indígena; Fronteira Brasil-Peru

INTRODUÇÃO

Mais de dois terços dos cerca de 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres do Brasil com os países vizinhos se situam na “Amazônia Legal”, que se estende do Mato Grosso ao Amapá. Ao longo dessa fronteira, o Brasil faz divisa com nove países da América do Sul, além do departamento francês da Guiana. A definição das fronteiras, aqui entendidas em seu sentido geopolítico, isto é, enquanto limites territoriais dos Estados-nação, resultam de longos processos históricos iniciados com a colonização europeia. As disputas coloniais e a independência dos Estados consolidaram progressivamente as fronteiras do Brasil com seus vizinhos, traçando limites sobre territórios que já eram ocupados por povos indígenas e obrigando esses coletivos a reelaborarem suas noções de territorialidade e identidade. Com a definição das fronteiras amazônicas, muitos povos indígenas acabaram divididos pela geopolítica internacional e se encontram hoje localizados em mais de um país, podendo ser chamados de povos indígenas “transfronteiriços”.

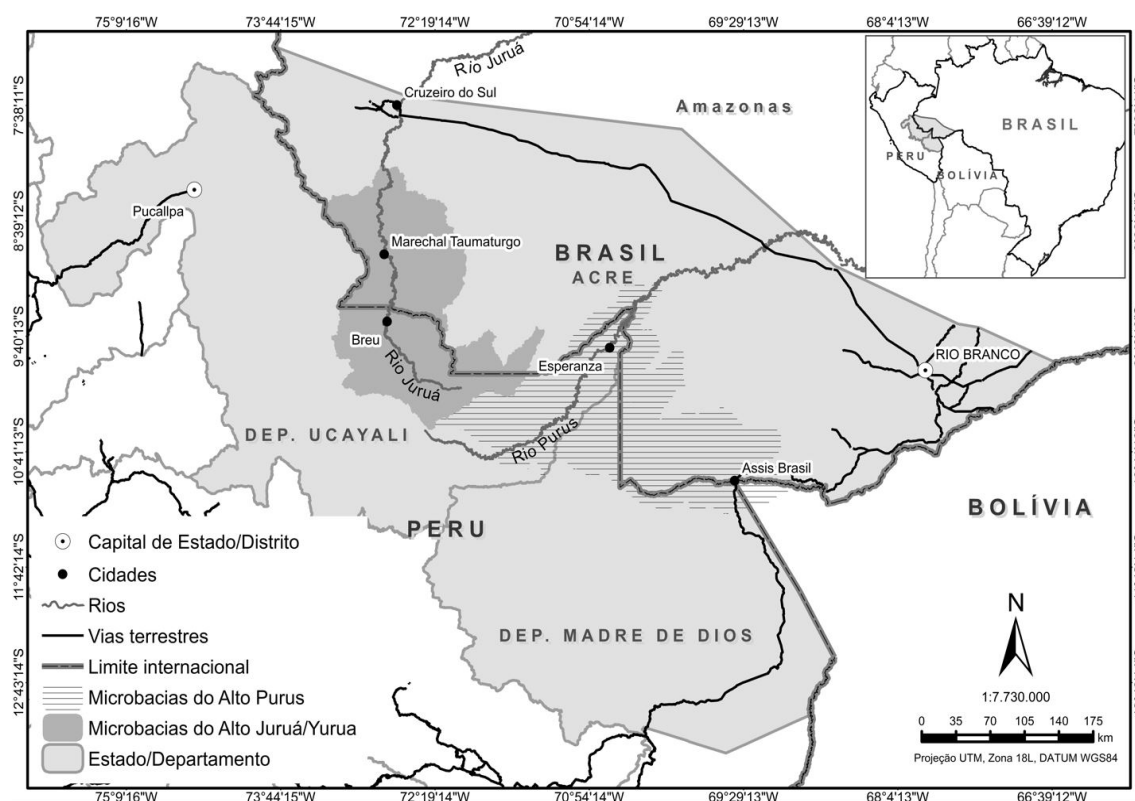
No início do século XXI, novas frentes desenvolvimentistas e integracionistas atingem as fronteiras amazônicas. Em continuidade com o longo processo histórico de colonização, a região permanece sendo vista como um espaço marginal e periférico que precisa ser desenvolvido e integrado às economias nacionais e ao capitalismo global. Nas últimas décadas, no Brasil, mas também em outros países amazônicos, como o Peru,

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026). Este trabalho é uma versão modificada de um artigo intitulado: “Alianças transfronteiriças e protagonismo indígena na Amazônia contemporânea: dois casos etnográficos na fronteira Brasil-Peru”. O artigo original discute as alianças indígenas transfronteiriças dos Ashaninka do Alto Juruá e dos Yine/Manxineru do Alto Purus. Foi escrito em coautoria com a antropóloga Maria Emília Coelho e publicado na *Revista de Antropologia* em 2024 (Pimenta; Coelho, 2024). Pode ser acessado no seguinte endereço: <https://www.scielo.br/j/ra/a/hYwdTWLszY8NKK4ftM8Bk6n/?lang=pt&format=pdf>

projetos de desenvolvimento e de integração transfronteiriços vêm sendo implementados, ameaçando a vida e os territórios dos povos indígenas.

Relacionadas ou não com as políticas estatais para a região amazônica, também proliferam nessas áreas de fronteira ações ilegais como a exploração de madeira, garimpo, narcotráfico, abertura de estradas clandestinas, grilagem de terras etc. Quando não contam com a benevolência e conivência dos governos, essas atividades ilícitas se aproveitam da omissão do poder público para atuarem de forma consorciada a redes do crime organizado (Couto, 2020). Violados em seus direitos pelo desenvolvimento amazônico contemporâneo, ainda baseado na exploração frenética dos recursos da floresta, os povos indígenas não assistem passivamente ao desenrolar da história. Como no passado, resistem aos processos coloniais e à cobiça contínua de seus territórios. Diante das mais diversas ameaças, articulam-se com diversos parceiros para defender seus direitos territoriais e modos de vida. Por meio de suas organizações de representação, promovem alianças estratégicas. Com o apoio de aliados indigenistas e ambientalistas, denunciam as invasões e procuram garantir seus direitos constitucionais.

Este trabalho concentra-se na Amazônia Ocidental, na fronteira do Brasil com o Peru, mais especificamente na fronteira do estado brasileiro do Acre com o departamento peruano de Ucayali, na microrregião do Alto Juruá (ver mapa abaixo). Sistematiza um trabalho etnográfico realizado ao longo de mais de duas décadas de pesquisa com os povos indígenas da região, principalmente com os Ashaninka do Rio Amônia, do lado brasileiro, mas também outras comunidades desse povo que habitam o Peru. Nas páginas que seguem, busco salientar o protagonismo indígena na fronteira amazônica do Alto Juruá, lançando luz sobre as mobilizações e estratégias políticas transfronteiriças dos Ashaninka para enfrentarem as ameaças que pesam sobre seus territórios. Após uma breve contextualização histórica dos projetos de desenvolvimento e integração na fronteira do Acre com o Peru no Alto Juruá, apresento algumas características do movimento indígena no Brasil e no Peru. Em seguida, tomando como foco o caso dos Ashaninka do Alto Juruá, mostro os impactos do chamado “desenvolvimento” nessa região, procurando destacar as respostas dos indígenas para defender seus territórios e modos de vida.



Mapa: Fronteira do Acre com o Peru
(Autoria: José Frank de Melo Silva - CPI /Acre)

DESENVOLVIMENTO, GEOPOLÍTICA E POVOS INDÍGENAS NA FRONTEIRA DO ACRE COM O PERU NO ALTO JURUÁ

No sudoeste da Amazônia brasileira, o estado do Acre conta com uma população indígena de cerca de 29 mil pessoas.² distribuídas de modo desigual em quinze povos, além de alguns povos em situação de isolamento voluntário ou de recém contato. A maioria dos povos indígenas do estado é falante de línguas Pano e Arawak. Além de indígenas que moram nas cidades, essa população habita 35 terras indígenas, a maior parte situada na região do Alto Juruá, na fronteira com o departamento peruano de Ucayali.

Muito tempo esquecida, a fronteira do Acre com o Peru passou a receber uma atenção inédita por parte dos governos dos dois países nas últimas décadas. Independentemente de orientações ideológicas, as políticas oficiais procuram promover

² Os dados populacionais sobre as populações indígenas do Acre, foram extraídos do último censo do IBGE de 2022. Ver: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html>.

o desenvolvimento econômico da região e a integração geopolítica entre os dois Estados. De modo geral, os povos indígenas não participam da discussão e implementação dessas políticas que, como mostrarei adiante, também se desdobram, direta ou indiretamente, por estímulo ou omissão, em uma série de atividades ilegais que afetam a região e ameaçam o meio ambiente e a vida desses povos.

Para limitar a análise a essa fronteira do Alto Juruá, podemos somente mencionar o projeto de construção de uma ligação terrestre entre Cruzeiro do Sul, segundo maior município do Acre, e Pucallpa, capital do departamento peruano do Ucayali.³ A ligação terrestre entre essas duas cidades, separadas por cerca de duzentos quilômetros de floresta, é uma demanda constante do empresariado local e criaria uma segunda conexão do Acre com o oceano Pacífico, após a construção. no início dos anos 2000, da chamada “Estrada do Pacífico” ou “*Interoceánica Sul*”, nome dado no Peru à rodovia que liga Rio Branco, capital do Acre, a Lima e aos portos peruanos do Pacífico.

Embora ainda permaneça um projeto, a conexão entre Cruzeiro do Sul e Pucallpa, que vem sendo discutida há algumas décadas, ganhou muita força no governo Bolsonaro (2019-2022) e continua objeto de embates e especulação. Como alternativa, discute-se, também, substituir o projeto de rodovia por uma ferrovia binacional com financiamento da China⁴. Em ambos os casos, o empreendimento atravessaria o Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD), considerado uma das regiões de maior biodiversidade do mundo, e impactaria vários territórios indígenas dos dois lados da fronteira, inclusive de povos vivendo em situação de isolamento voluntário.

Os embates em torno desse projeto de conexão rodoviária ou ferroviária entre Cruzeiro do Sul e Pucallpa ocupam periodicamente as manchetes da imprensa acreana. No Congresso Nacional, encontra-se em tramitação o Projeto de Lei nº 6.024/2019, que prevê, entre outras coisas, a recategorizando do PNSD em “Área de Proteção Ambiental” (APA), uma categoria jurídica menos protetora que removeria entraves legais e facilitaria não só a construção da rodovia ou ferrovia, mas também a exploração dos recursos naturais na área do parque. Lideranças indígenas, indigenistas, ambientalistas, pequenos agricultores e especialistas denunciam periodicamente que o projeto não está sendo discutido com a população local e que sua aprovação seria um grave retrocesso, causando

³ Situada às margens do rio Ucayali, Pucallpa ocupa uma posição estratégica. Seu porto é o segundo mais importante da Amazônia peruana, atrás apenas do de Iquitos, capital do Departamento de Loreto. Pucallpa também possui uma conexão terrestre com Lima, distante de aproximadamente 800 quilômetros.

⁴ Ver, por exemplo, <https://www.ocafezinho.com/2024/03/20/china-quer-construir-ferrovia-transoceanica-no-brasil-ligando-rio-de-janeiro-ao-peru/>.

impactos ambientais e sociais consideráveis, entre eles o aumento do narcotráfico e a violação dos direitos territoriais dos povos indígenas⁵.

Na região do Alto Juruá, as políticas governamentais para a região de fronteira Brasil-Peru não se limitam a esse projeto de conexão entre Cruzeiro do Sul e Pucallpa. Na Amazônia peruana, a partir do início dos anos 2000, as políticas desenvolvimentistas neoliberais se intensificaram e levaram a uma exploração predatória dos recursos naturais, sobretudo madeira e hidrocarbonetos, provocando uma ampla dinâmica de reordenamento territorial na região (Dourojeanni; Barandiarán; Dourojeanni, 2009). Em 2002, o Peru instituiu uma nova lei florestal que destinou extensas áreas da Amazônia para o manejo florestal, criando “Bosques de Produção Permanente”. Com essa política, instalou-se uma corrida frenética pela madeira no departamento de Ucayali. Muitas áreas indígenas que ainda não haviam sido tituladas foram sendo outorgadas pelo Estado peruano como concessões para exploração madeireira de empresas privadas por um período de quarenta anos (Coelho, 2021: 64). Sem fiscalização adequada, a nova legislação também estimulou a atuação de madeireiros ilegais. Assim, no Departamento do Ucayali, a madeira tornou-se o principal recurso floresta. Sua exploração, intimamente vinculada ao poder político, domina a economia regional.

O Peru também dividiu grande parte de seu território amazônico em lotes para a prospecção e exploração de petróleo e gás. Numa lógica que procura maximizar os lucros, em algumas áreas, esses lotes se sobrepõem a concessões florestais, parques nacionais e territórios indígenas. Encontramos vários desses casos de sobreposição ao longo da fronteira do Peru com o Brasil. A exploração madeireira e de petróleo e gás são apenas alguns exemplos de uma série de medidas governamentais que afrontam os direitos territoriais dos povos indígenas e que resultaram na intensificação dos conflitos na Amazônia peruana nas últimas duas décadas.

As políticas integracionistas e desenvolvimentistas para a região de fronteira também são vistas como prioridade para o governo do Estado do Acre que promove diversos projetos, com o apoio do governo federal e do empresariado local, mas sem a participação dos povos indígenas. Além da construção da rodovia ou ferrovia Cruzeiro do Sul-Pucallpa, a exploração de petróleo e gás, por exemplo, também ameaça periodicamente a região acreana do Alto Juruá. Em 2007, técnicos da Agência Nacional

⁵ Estudos já detalharam os impactos da construção de uma rodovia entre Cruzeiro do Sul e Pucallpa. Evidenciaram sua inviabilidade, inclusive do ponto de vista econômico (ver Vilela *et al.*, 2022).

do Petróleo (ANP) e da Petrobrás intensificaram a prospecção, suspeitando da existência de petróleo em abundância, principalmente no PNSD (Lima; Almeida; Iglesias, 2011). A mineração também tem sido uma ameaça crescente para as terras indígenas do Alto Juruá.⁶

A intensificação das políticas desenvolvimentistas e de integração fronteiriça das últimas duas décadas no Alto Juruá estimularam novas pressões sobre os territórios dos povos indígenas, mudando suas dinâmicas transfronteiriças. Embora alguns projetos como a conexão entre Cruzeiro do Sul e Pucallpa ainda não tenham sido implementados, as políticas desenvolvimentistas e integracionistas já se traduzem, na prática, pela intensificação de atividades ilegais como invasões de terras indígenas, exploração predatória de madeira, narcotráfico etc. Quando não recebem um apoio oficial explícito, esses crimes são geralmente ignorados pelas autoridades, transformando a inação dos governos em omissão conivente. Diante dessas ameaças, os povos indígenas dessa região de fronteira procuram as melhores estratégias para defender seus territórios e modos de vida.

O MOVIMENTO INDÍGENA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E PERUANA: ALGUMAS SEMELHANÇAS E CONTRASTES

A situação dos povos indígenas no Brasil e no Peru apresenta semelhanças, mas também particularidades que resultam dos contextos locais e da história específica da “questão indígena” em cada contexto nacional. Na impossibilidade de proceder a um estudo de indigenismo comparado e de explicitar as particularidades jurídicas e políticas de cada país, farei somente algumas considerações genéricas sobre o movimento indígena no Brasil e no Peru, com foco nessa região de fronteira. Contudo, é importante lembrar que, apesar das diferenças, nos dois países, os povos indígenas têm seus direitos territoriais garantidos pelas suas respectivas legislações nacionais. Os dois estados também reconhecem instrumentos jurídicos internacionais, como a Convenção 169 da OIT ou a Declaração dos Povos Indígenas da ONU, que reforçam os direitos indígenas.

No Brasil, como já foi salientado por vários autores (ver, por exemplo, Albert, 2000, e Baniwa, 2012), uma das principais características do indigenismo pós-1988 na

⁶ Ver, por exemplo, <https://ovaradouro.com.br/mpf-quer-suspensao-de-mineracao-em-vizinhas-terras-indigenas/>.

Amazônia brasileira foi a proliferação de organizações e associações indígenas regionais e locais de diferentes tipos: associações de uma terra indígena, de um povo, de uma bacia hidrográfica, de professores, de agentes agroflorestais, de mulheres etc. Formalmente institucionalizadas, seguindo um modelo burocrático predefinido pela legislação nacional, com uma diretoria formada por novas lideranças com trânsito no mundo ocidental, muitas dessas organizações indígenas, após obterem a garantia jurídica de suas terras, passaram a acessar e gerenciar projetos orientados pela ideologia do “desenvolvimento sustentável”, que se tornou o paradigma oficial do desenvolvimento amazônico contemporâneo.⁷ Procurando associar o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente e dos povos nativos, esses projetos, executados em parceria com instituições governamentais e não governamentais, se multiplicaram na Amazônia. Num contexto marcado pela globalização das questões ambientais, a retórica da sustentabilidade se generalizou e os povos indígenas e suas associações ganharam uma visibilidade inédita.

Na região do Alto Juruá, a Organização dos Povos Indígenas do Juruá – OPIRJ, sediada em Cruzeiro do Sul, foi criada no início da década de 1990 para representar os interesses dos povos indígenas da região. Teve uma história conturbada e uma atuação muito irregular em razão da falta de recursos financeiros e humanos. Desde o final dos anos 1990, a associação indígena com maior destaque no Alto Juruá é a Associação dos Ashaninka do rio Amônia – APIWTXA, também sediada em Cruzeiro do Sul. Criada em 1993, um ano após a demarcação da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, a APIWTXA se consolidou ao longo das últimas duas décadas no “mercado de projetos” e é um exemplo do que Albert chamou de “indigenismo de resultado” (Albert, 2000). Após experiências bem-sucedidas em seu território na implementação de projetos de “desenvolvimento sustentável”, passou a incentivar as comunidades vizinhas, fomentando um ambicioso programa para a sustentabilidade de toda a região de fronteira. Principal organização indígena da região, no novo contexto do “indigenismo ambiental” (Pimenta, 2007; Maciel, 2018), a APIWTXA conquistou grande visibilidade política, não apenas a nível regional, mas também nacional e internacional. É interessante notar que a APIWTXA sempre manteve sua autonomia em relação ao movimento indígena brasileiro. Embora tenha apoiado constantemente as pautas indígenas nacionais, sempre atuou de

⁷ A expressão “desenvolvimento sustentável” é polissêmica e polêmica. Na impossibilidade de discuti-la aqui, usaremos aspas. Para uma análise do “desenvolvimento sustentável” entre os Ashaninka do rio Amônia, ver Pimenta (2004).

modo independente, por exemplo, em relação à União das Nações Indígenas do Acre – UNI-Acre, hoje extinta, à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, ou à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, estabelecendo diretamente alianças com diversos parceiros a nível regional, nacional e internacional.⁸

Na Amazônia peruana, o movimento indígena passou por um processo semelhante de multiplicação de associações indígenas. No Peru, os indígenas amazônicos começaram a se organizar politicamente em 1980 quando criaram a *Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana* – AIDSESP, que ainda é a principal organização indígena da região. Hoje, representa 64 povos indígenas que vivem em cerca de duas mil e quinhentas “comunidades nativas”.⁹ Numa estrutura piramidal, a AIDSESP conta com nove organizações regionais. A *Organización Regional de AIDSESP-Ucayali* – ORAU, sediada em Pucallpa, representa os interesses dos povos indígenas do departamento de Ucayali, fronteiriços do Acre.

Às regionais da AIDSESP estão também associadas federações indígenas que representam as comunidades nativas de uma bacia hidrográfica ou de uma microrregião. É o caso, por exemplo, da *Asociación de Comunidades Nativas para el Desarrollo Integral de Yurúa Yono Sharakoiai* – ACONADIYSH. Fundada em 1997, essa associação tem sua sede em Puerto Breu, um pequeno povoado peruano situado no rio Juruá, na fronteira com o Brasil. A ACONADIYSH representa as 24 comunidades nativas e os 6 povos indígenas da bacia do rio Juruá no Peru.¹⁰ Está vinculada à ORAU e, portanto, à AIDSESP. Na base dessa estrutura piramidal, encontram-se as associações que representam os interesses específicos de uma comunidade nativa.

Geralmente, as federações indígenas de uma microrregião, como a ACONADISH, e as associações das comunidades nativas têm poucos financiamentos e pouco poder político; algumas existem somente de maneira formal. No topo da estrutura, a AIDSESP é uma organização burocratizada, responsável pela captação e gerenciamento, com suas organizações regionais como a ORAU, da maior parte dos recursos que governos, organismos internacionais e ONGs destinam aos indígenas amazônicos peruanos. No

⁸ Essa independência e autonomia da APIWTXA em relação ao movimento indígena brasileiro merece uma investigação mais profunda. Por um lado, essa característica parece estar muito relacionada ao modo ashaninka de “fazer política” (ver, por exemplo, Pimenta, 2017); por outro, o mesmo não acontece com os ashaninka do lado peruano, que, embora muito mais numerosos, têm pouco poder político e autonomia.

⁹ Termo que designa as comunidades indígenas no Peru.

¹⁰ Amahuaca, Ashaninka, Asheninka, Yaminahua, Chitonahua e Yanesha.

Alto Juruá peruano, não temos nenhuma associação indígena com a visibilidade e o poder político da APIWTXA.

Como na Amazônia brasileira, os indígenas da Amazônia peruana redefiniram suas formas de expressão de poder, e suas associações viram surgir novas lideranças políticas (Chaumeil, 1990). Ampliaram suas alianças com setores do ambientalismo e adotaram o discurso do “desenvolvimento sustentável” ou da “sustentabilidade”, associando suas lutas políticas às preocupações globais sobre o devir da Amazônia e do planeta. Embora caracterizadas por divergências e disputas que levantam uma série de questões que não desenvolverei aqui, essas alianças entre o movimento indígena e o ambientalismo também souberam definir interesses comuns que deram às lutas indígenas na Amazônia uma visibilidade inédita. (Ver, por exemplo, Conklin; Graham, 1995).

OS ASHANINKA DO ALTO JURUÁ: AMEAÇAS TERRITORIAIS E ARTICULAÇÕES INDÍGENAS TRANSFRONTEIRIÇAS

Os Ashaninka são um dos povos indígenas mais numerosos da Amazônia. Pertencem à família etnolinguística Arawak e vivem no Brasil e no Peru. A presença desse povo na região brasileira do Alto Juruá data, pelo menos, do final do século XIX, quando alguns grupos passaram a ocupar essa região no contexto da economia da borracha (Perrissier, 2009: 56). Com a incorporação do território do Acre ao Brasil e a definição da fronteira internacional entre os dois países no início do século XX, algumas comunidades ashaninka, encurraladas entre os caucheiros peruanos e os seringueiros brasileiros, acabaram se fixando no Brasil sem nunca deixar de manter contatos com seus parentes peruanos.

A divisão dos Ashaninka entre os dois Estados-nação ocorreu de modo muito desigual. No Brasil, a população ashaninka totaliza menos de 2 mil pessoas, distribuídas em sete terras indígenas, todas situadas no Alto Juruá. Do lado peruano, eles somam aproximadamente 120 mil pessoas.¹¹ Vivem em mais de quatrocentas comunidades nativas¹², num território descontínuo que se estende do piemonte oriental dos Andes

¹¹ Juntamos aqui os Ashaninka e os Asheninka, que falam duas línguas muito próximas e podem ser considerados um mesmo povo. Fonte: *Base de Datos de Pueblos Indígenas u Originarios* (BDPI) do Ministério da Cultura do Peru: https://bdpi.cultura.gob.pe/sites/default/files/archivos/pueblos_indigenas/Ficha%20de%20Pueblo%20Ashaninka_0.pdf.

¹² Fonte: <https://bdpi.cultura.gob.pe/pueblos/ashaninka>.

centrais à fronteira com o Brasil, passando pela região da *Selva Central*, onde se concentra a maior parte desse povo indígena. Na região de fronteira do Departamento do Ucayali com o Estado do Acre, entre os rios Tamaya e Yurúa (nome do rio Juruá no Peru), existem várias comunidades nativas ashaninka. Do lado peruano, encontramos, por exemplo, as comunidades nativas ashaninka Nueva Shawaya, Sawawo Hito 40 e Alto Tamaya Saweto. No Alto Juruá brasileiro, existem os Ashaninka que habitam a Terra Kampa/Kaxinawá do rio Breu e os Ashaninka da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia. Esta última tem uma população de um pouco menos de mil pessoas, ou seja, reúne cerca da metade do contingente ashaninka situado no Brasil. A Terra Indígena Kampa do rio Amônia faz divisa com o Peru. A *Comunidad Nativa Sawawo Hito 40* é a comunidade ashaninka peruana mais próxima do Brasil. Subindo o rio Amônia, afluente de margem esquerda do rio Juruá, ela se situa a cerca de 6 horas de canoa da aldeia dos Ashaninka do rio Amônia, logo após o marco fronteiro.¹³

Embora o foco esteja aqui nos Ashaninka, é importante lembrar que outros povos indígenas, como os Kaxinawá (autodenominação Huni Kuin), Yaminawá/Jaminawá, Yanesha, Amahuaca, Chitonahua, Apolima/Arara, Kuntanawa, Katukina, Sharanawa, Nawa, Puyanawa e Nukini, também habitam essa região de fronteira, além dos seringueiros da Reserva Extrativista do Alto Juruá, que faz fronteira com a Terra Indígena Kampa do Rio Amônia e com o Peru. Todas essas populações participam, com maior ou menor frequência e intensidade, das alianças transfronteiriças.

Desde o final dos anos 1990, a exploração de madeira é uma das principais ameaças na fronteira do Brasil com o Peru na região do Alto Juruá. Do lado peruano, as concessões legais e a retirada ilegal de madeira são marcadas por vários conflitos. Periodicamente, madeireiros ilegais, vinculados ao narcotráfico, invadem territórios indígenas do lado brasileiro, como a Terra Indígena Kampa do Rio Amônia. A essas atividades ilícitas se juntam outras ameaças promovidas pelos governos regionais e/ou nacionais. Projetos oficiais de desenvolvimento para a exploração dos recursos naturais (madeira, petróleo e gás, por exemplo) ou de infraestrutura, como o já mencionado projeto

¹³ Existem outras comunidades ashaninka no Alto Juruá brasileiro, nas margens dos rios Envira e Tarauacá. Embora também sofram com os impactos de projetos desenvolvimentistas, essas comunidades estão numa região mais distante e não participam diretamente da articulação política transfronteiriça do Alto Juruá, o que não significa que não tenham relações diversas, inclusive de parentesco, com os Ashaninka dos rios Breu e Amônia. Os Ashaninka do rio Breu participam das alianças transfronteiriças, mas com pouco protagonismo político.

de rodovia ou ferrovia Cruzeiro do Sul-Pucallpa, têm aumentado a pressão sobre os territórios indígenas do Alto Juruá.

Neste cenário pluriétnico, com ameaças reais ou potenciais aos territórios indígenas, a situação econômica e a capacidade de articulação política das diversas comunidades nativas no campo interétnico são variáveis e, geralmente, limitadas. De modo geral, várias comunidades indígenas da região vivem situações preocupantes de insegurança alimentar, sobretudo do lado peruano, onde são constantemente pressionadas por invasores que cobiçam os recursos de seus territórios. A associação APIWTXA dos Ashaninka da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia se sobressai por sua capacidade de organização e seu protagonismo político. Com diversos projetos de “desenvolvimento sustentável”, a APIWTXA conquistou uma notável visibilidade política a nível regional, nacional e internacional¹⁴. Ela tem sido a principal protagonista na articulação das alianças indígenas na fronteira Brasil-Peru.

Diante das ameaças, a APIWTXA, com o apoio de parceiros indigenistas e ambientalistas, começou a se articular com os diferentes povos indígenas da região para criar uma ampla rede de alianças transfronteiriças. O objetivo é debater os problemas em curso na fronteira e buscar soluções em conjunto para a proteção dos territórios. Essas alianças indígenas transfronteiriças no Alto Juruá, das quais eventualmente também participam seringueiros da Reserva Extrativista do Alto Juruá, começaram a se estruturar lentamente na primeira década deste século, após os Ashaninka do rio Amônia mobilizarem a imprensa internacional e denunciarem às autoridades repetidas invasões de madeiras peruanas em seu território. Em 2005, em Cruzeiro do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça – GTT da Serra do Divisor e Alto Juruá, Brasil/Peru. Sob a coordenação da APIWTXA e de outras organizações da sociedade civil, como a Comissão Pró-índio do Acre (CPI-Acre), esse GTT promoveu mais de trinta encontros binacionais, ao longo dos últimos vinte anos, com associações indígenas e da sociedade civil, mas também instituições governamentais dos dois países, para discutir as dinâmicas transfronteiriças.

Nos últimos anos, com fundos obtidos de instituições públicas e privadas, os Ashaninka do rio Amônia intensificaram as alianças com lideranças ashaninka peruanas e outros povos indígenas da região para trocar informações e experiências, discutir

¹⁴ O protagonismo político da APIWTXA é resultado de uma conjunção de fatores, internos e externos, que não podemos desenvolver aqui. Sobre esse ponto, ver Pimenta (2017).

projetos de cooperação entre suas comunidades, e construir estratégias conjuntas para a proteção e a sustentabilidade de seus territórios. Com seus vizinhos e o apoio de diversos parceiros, a APIWTXA procura hoje implementar um plano de gestão ambiental e territorial integrado para toda a região de fronteira do Alto Juruá. Para demonstrar a construção e o fortalecimento progressivo dessas alianças indígenas transfronteiriças ao longo da última década, darei a seguir somente alguns exemplos.

Em setembro de 2015, em Pucallpa, os Ashaninka realizaram o Primeiro Encontro do Povo Ashaninka Brasil-Peru. O evento reuniu mais de 130 lideranças de diversas comunidades ashaninka peruanas para discutir, com os Ashaninka do rio Amônia, os problemas vivenciados na fronteira, assim como alternativas à exploração de madeira, ao narcotráfico e aos projetos de desenvolvimento governamentais. Entre 2015 e 2018, no âmbito do Programa Fundo Amazônia – BNDES, a APIWTXA implementou o Projeto Alto Juruá, que financiou, durante três anos, uma série de ações em comunidades indígenas e não indígenas dos dois lados da fronteira, com o objetivo de promover o manejo e a produção agroflorestal como alternativa econômica sustentável ao desmatamento, apoiar iniciativas de monitoramento e controle dos territórios, fortalecer as organizações comunitárias etc. No final de 2016, a APIWTXA assinou um acordo de cooperação institucional com a *Asociación de Comunidades Nativas para el Desarrollo Integral de Yurúa Yono Sharakoiai* – (ACONADIYSH), que defende os direitos dos povos indígenas do distrito peruano de Yurúa. Esse termo de cooperação visou ampliar o intercâmbio de informações, o fortalecimento comunitário, a defesa dos territórios indígenas e a implementação de atividades produtivas sustentáveis. Em abril de 2022, a ACONADYSH e a Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ) assinaram um convênio de cooperação, ampliando a articulação e consolidando a parceria entre organizações indígenas do Brasil e Peru.

Essas articulações indígenas transfronteiriças são respostas às violações constantes dos territórios e dos direitos indígenas que continuam atingindo essa região de fronteira. Um dos conflitos mais trágicos aconteceu no início de setembro de 2014 quando quatro lideranças ashaninka da Comunidade Nativa Alto Tamaya Saweto foram assassinadas numa trilha florestal a caminho de uma reunião política na aldeia dos Ashaninka do rio Amônia. As lideranças de Saweto lutavam havia mais de uma década pelo reconhecimento de seu território e denunciavam as constantes invasões e ameaças de madeireiros e narcotraficantes. Em um momento de grande tensão na região, os Ashaninka peruanos procuraram o apoio de seus vizinhos e parentes brasileiros para

discutir estratégias conjuntas de defesa. Entre as quatro lideranças ashaninka de Saweto que foram assassinadas, estava Edwin Chota, reconhecido mundialmente por sua luta em defesa dos direitos indígenas e pela preservação da floresta amazônica. A mídia internacional repercutiu os assassinatos, que geraram grande comoção na opinião pública peruana e uma mobilização sem precedentes dos povos indígenas e da sociedade civil organizada. Pressionado, o governo do Peru acabou titulando a Comunidade Nativa Alto Tamaya Saweto, em julho de 2015.¹⁵

Nos últimos anos, uma nova ameaça surgiu nessa região de fronteira. Utilizando ramais informais abertos por madeireiras, uma estrada clandestina está sendo construída. Pretende ligar os povoados peruanos de Nueva Italia, no Ucayali, a Puerto Breu, no rio Yurúa, passando pelas comunidades nativas ashaninka de Nueva Shawaya e Sawawo Hito 40, na divisa com a Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, do lado brasileiro. Políticos e empresários da região do Ucayali promovem a construção da estrada, conhecida como UC-105, pressionando o governo central, desrespeitando a legislação ambiental e o direito das comunidades indígenas à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado.

No início de agosto de 2021, o Comitê de Vigilância dos Ashaninka da Comunidade Nativa Sawawo Hito 40 alertou as associações APIWTXA e ACONADIYSH da invasão de seu território por madeireiros que trabalhavam na frente de abertura de um trecho da estrada a aproximadamente onze quilômetros da fronteira com o Brasil. Diante do avanço das obras, as organizações indígenas e seus parceiros, dos dois lados da fronteira, elaboraram um dossiê que foi divulgado para as autoridades dos dois países e para a imprensa internacional. Intitulado “A Estrada Ilegal ‘Nueva Italia-Puerto Breu’: uma grande ameaça para os povos indígenas do Yurúa, Alto Tamaya e Alto Juruá”, o documento reuniu vasto material com estudos técnicos, mapas, dados georreferenciados, imagens de satélites, fotos e depoimentos de lideranças indígenas. Publicado em espanhol, português e inglês, o dossiê sintetiza as informações sobre a UC-105 e alerta as autoridades e a sociedade civil para os impactos sociais e ambientais da construção dessa estrada (APIWTXA *et al.*, 2021). Demonstra em detalhes como ela afetará mais de trinta comunidades indígenas e ribeirinhas, aumentará o desmatamento,

¹⁵ Sobre os assassinatos das lideranças de Saweto e suas consequências, ver Osório (2018) e Pimenta (2018). Em fevereiro de 2023, quase oito anos após os assassinatos, cinco madeireiros peruanos foram condenados a mais de 28 anos de prisão por um tribunal de Pucallpa, mas o julgamento foi posteriormente anulado. Os Ashaninka de Saweto continuam lutando por justiça.

abrirá espaço para a pecuária e contribuirá para o aumento do narcotráfico e da extração ilegal de madeira, que atuam cada vez mais de forma conjunta na região. Considerando uma zona de impacto de vinte quilômetros ao redor da estrada, estima-se que mais de 21 mil km² das bacias hidrográficas serão afetadas, ameaçando a rica biodiversidade do lugar (Salisbury, 2021).

Nos últimos anos, a estrada ilegal Nueva Italia-Puerto Breu tornou-se a maior ameaça na região de fronteira Brasil-Peru do Alto Juruá. Para coibir seu avanço, com o protagonismo da APIWTXA, os povos indígenas e seus parceiros intensificaram sua mobilização política transfronteiriça. No final de 2021, criaram a “Comissão Transfronteiriça Yurúa/AltoTamaya/Juruá”, que reúne lideranças indígenas e diversos parceiros dos dois lados da fronteira. Passaram também a realizar encontros periódicos, nos quais compartilham informações sobre o cenário fronteiriço, acompanham os projetos governamentais e as atividades ilegais, debatem estratégias conjuntas de luta para a preservação do meio ambiente e a garantia dos direitos indígenas. Assim, nos últimos anos foram realizados vários encontros estratégicos, nos quais as lideranças indígenas da região reiteraram seus compromissos em lutar contra atividades que promovem o desmatamento, ameaçam seus modos de vida e o equilíbrio ecológico de seus territórios. Nesses encontros, os indígenas dos dois lados da fronteira reafirmaram sua unidade em defesa de uma agenda sustentável para a região e a obrigação de serem consultados sobre os projetos governamentais que afetem a fronteira.¹⁶ No final de 2023, no âmbito do Fundo Amazônia, a Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá - OPIRJ, atualmente coordenada por uma liderança ashaninka, aprovou um projeto de cerca de 34 milhões de reais para apoiar ações de gestão ambiental e territorial sustentável nas terras indígenas do Alto Juruá. Esse projeto possibilitou reforçar essas articulações políticas e realizar mais encontros transfronteiriços entre indígenas do Brasil e Peru.¹⁷

PARA CONCLUIR

Com a demarcação da fronteira internacional entre Brasil e Peru no Alto Juruá, os povos indígenas nunca deixaram de transitar dos dois lados da fronteira e de manter

¹⁶ Esses encontros também resultaram na elaboração do “Diagnóstico transfronteiriço: Fortalecimento das estratégias e ações dos povos indígenas no Yurúa, Alto Tamaya (Peru) e Alto Juruá (Brasil)”, publicado em dezembro de 2022 (APIWTXA e UAC, 2022).

¹⁷ Para mais informações sobre esse projeto, ver: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Gestao-Territorial-OPIRJ/>.

contatos com seus parentes, outros povos indígenas vizinhos e setores das sociedades nacionais. Ao longo do século XX, as dinâmicas indígenas transfronteiriças variaram muito em função das contingências históricas. Foram motivadas por diversos fatores: visitas a parentes, agrupamentos familiares, trocas e comércio, conflitos e desavenças internas, estratégias de sobrevivência diante da intensificação da pressão colonial, busca por um melhor atendimento à saúde etc.

Como procurei mostrar no caso dos Ashaninka, nas últimas duas décadas, num contexto regional marcado pela intensificação das políticas de desenvolvimento e de integração entre o Brasil e o Peru, mas também pela pressão crescente de atividades ilegais sobre os seus territórios, as articulações indígenas transfronteiriças no Alto Juruá ganharam uma nova configuração política, caracterizada pela mobilização das associações indígenas locais e regionais dos dois lados da fronteira em torno de pautas comuns, apoiadas por parceiros indigenistas e ambientalistas. Diante do avanço de projetos desenvolvimentistas legais ou ilegais que atingem regiões recuadas da Amazônia, este artigo procurou dar visibilidade a esses conflitos, salientando o protagonismo do movimento indígena transfronteiriço nessa microrregião. A literatura antropológica ainda carece de estudos sobre o movimento indígena contemporâneo na Amazônia e, sobretudo, sobre as alianças indígenas transfronteiriças que ocorrem a nível local e microrregional. As lutas indígenas contemporâneas não acontecem somente nos gabinetes governamentais e nos fóruns internacionais. Embora todos esses espaços tenham grande relevância política, é importante lembrar que as lutas indígenas começam a nível local e regional, quando esses povos, ameaçados em seus direitos, procuram se organizar, criam estratégias e novas formas de alianças intra e interétnicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Bruce. 2000. “Associações indígenas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia brasileira”. In: RICARDO, Carlos Alberto (org.). *Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*. São Paulo, Instituto Socioambiental (ISA), pp.197-207.

APIWTXA (Associação dos Ashaninka do Rio Amônia) *et al.* 2021. *A Estrada Ilegal “Nueva Italia – Puerto Breu: uma grande ameaça para os povos indígenas do Yuruá,*

Alto Tamaya e Alto Juruá”. Disponível em: https://apiwtxa.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Dossiê-Estrada-Ilegal-Nueva-Italia---Puerto-Breu_ok.pdf.

APIWTXA (Associação dos Ashaninka do Rio Amônia) e UAC (Upper Amazon Conservency). 2022. *Diagnóstico transfronteiriço. Fortalecimento das estratégias e ações dos povos indígenas no Yurúa, Alto Tamaya (Peru) e Juruá (Brasil)*. Disponível em: https://apiwtxa.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Dossiê-Estrada-Ilegal-Nueva-Italia---Puerto-Breu_ok.pdf.

BANIWA, Gersem. 2012. “A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo”. In: RAMOS, Alcida (org.). *Constituições Nacionais e Povos Indígenas*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, pp. 206-227. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/Constituicoes_Nacionais_e_Povos_Indigenas.pdf.

CHAUMEIL, Jean-Pierre. 1990. “‘Les nouveaux chefs’: Pratiques politiques et organisations indigènes en Amazonie Peruvienne”. *Problèmes d’Amérique Latine*, 96: 93-114.

COELHO, Maria Emília. 2021. *Os Mashco e seus vizinhos: políticas indígenas e povos “isolados” na fronteira Brasil-Peru*. Brasília, Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Departamento de Estudos Latino-Americanos. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/42183>.

CONKLIN, Beth A.; GRAHAM, Laura R. 1995. “The Shifting Middle Ground: Amazonian Indians and Eco-Politics”, *American Anthropologist*, 97(4): 695-710. Disponível em: https://www.uio.no/studier/emner/sv/sai/SOSANT2510/h14/pensumliste/conklin_the-shifting.pdf.

COUTO, Aiala. 2020. “Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira”. *Confins*, nº 44. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.25852>.

DOUROJEANNI, Marc; BARANDIARÁN, Alberto e DOUROJEANNI, Diego. 2009. *Amazonía peruana en 2021*. Lima, ProNaturaleza / Fundación Peruana para la Conservación de la Naturaleza. Disponível em: <https://centroderecursos.cultura.pe/sites/default/files/rb/pdf/Amazoniaperuanaen2021.pdf>.

LIMA, Edilene Coffaci de; ALMEIDA, Mauro; IGLESIAS, Marcelo. 2011. “Petróleo, gás, estradas e populações tradicionais”. In: RICARDO, Carlos Alberto; RICARDO, Fany (orgs.). *Povos indígenas no Brasil 2006-2010*. São Paulo, Instituto Socioambiental, pp. 522-525. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/povos-indigenas-no-brasil-2006-2010>.

OSÓRIO, Mario. 2018. “Viviendo bien, muriendo mal: Los Ashéninka del Alto Tamaya en la frontera de la Amazonía peruana con Brasil”. *Anuário Antropológico*, 43(2): 141-171. <https://doi.org/10.4000/aa.3223>.

PERRISSER, Jean-Baptiste. [1898] 2009. “Seis meses no país da borracha, ou excursão apostólica ao rio Juruá, 1898”. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *Tastevin, Perrissier. Fontes sobre índios e seringueiros no Alto Juruá*. Rio de Janeiro, Museu do Índio/Funai, pp. 1-60.

PIMENTA, José. 2018. ““Unir para além da fronteira”. Um esboço da etnopolítica transnacional ashaninka”. *Anuário Antropológico*, 43(2): 173-204. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.3237>.

PIMENTA, José. 2017. ““All together”: Leadership and Community among the Asháninka (Brazilian Amazon)”. In: VEBER, Hanne; VIRTANEN, Pirjo (eds.). *Creating dialogues. Indigenous. Perceptions and changing forms of leadership in Amazonia*. Boulder, University Press of Colorado, pp. 169-196.

PIMENTA, José. 2007. “Indigenismo e ambientalismo na Amazônia Ocidental. À propósito dos Ashaninka do rio Amônia”. *Revista de Antropologia*, 50(2): 633-681. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/27274>.

PIMENTA, José. 2004. “Povos indígenas e ‘desenvolvimento sustentável’. Os paradoxos de um exemplo amazônico”. *Anuário Antropológico*, 2002-2003: 115-150. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6827/7332>.

PIMENTA, José; COELHO, Maria Emília. 2024. “Alianças transfronteiriças e protagonismo indígena na Amazônia contemporânea: dois casos etnográficos na fronteira Brasil-Peru”. *Revista de Antropologia*, 67. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/hYwdTWLszY8NKK4ftM8Bk6n/?lang=pt&format=pdf>

SALISBURY, David (org.). 2021. *El Atlas de las Carreteras Propuestas en la Zona Transfronteriza Ucayali Perú-Acre, Brasil*. Richmond, Spatial Analysis Lab, University of Richmond. Disponível em: https://scholarship.richmond.edu/absat_multimedia/4/.

VILELA, Thaís *et al.* 2022. *Análise custo-benefício da interligação terrestre Pucallpa-Cruzeiro do Sul*. Documento de Trabalho. Lima, Conservation Strategy Fund. Disponível em: <https://www.conservation-strategy.org/node/437985>.